

AVANTE GUINE!
O PAIGC E A LUTA ANTICOLONIAL

Viviane da Silva Zimmermann
Mestranda em História pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

Os primeiros registros sobre a colonização portuguesa e sua chegada à costa da Guiné datam de 1446. A partir do século XVI, ocorre o estreitamento dos contatos portugueses na região que rapidamente se transformou em um dos principais postos de abastecimento de mão-de-obra escrava para as colônias ultramarinas. A designação Guiné englobava, durante os primeiros dois séculos de colonização, diversas áreas da costa ocidental como Congo, Costa da Mina, Angola e Benguela.

Apesar da longa experiência de contatos e negócios estabelecidos na região, a colonização portuguesa só seria efetivada de fato a partir do final do século XIX e início do século XX. A ocupação do território intensificou-se em 1850, gerando violentos confrontos envolvendo a população local que, desde o início, apresentou forte resistência à dominação portuguesa. O território seria controlado militarmente somente em 1930, com a mudança da política colonialista de Portugal.

A presença portuguesa foi sempre dificultada pela constante resistência das populações locais, sendo a pacificação do território alcançada somente em 1936. A especificidade do colonialismo português na Guiné-Bissau reside, primeiramente, na escassa presença de colonos, o que dificultava, ou melhor, impossibilitava uma colonização efetiva e a atuação de missionários, encarregados de introduzir a cultura ocidental na região (MENDY, P.,1994, p. 187).

As primeiras imposições de Portugal à população dizem respeito à cobrança do imposto de palhota e a instrumentalização da mão de obra africana através do recrutamento forçado. Essas duas novidades somadas ao forte preconceito racial transformaram significativamente a vida e o cotidiano dessas populações. O imposto de palhota foi introduzido em todas as colônias portuguesas quase que simultaneamente, gerando uma forte resistência e, por vezes, conflitos violentos.

A cobrança do imposto tinha como objetivos: financiar o próprio colonialismo, ou seja, a manutenção do aparelho de Estado; e incentivar a produção agrícola ainda muito presa à lógica de produção para subsistência. Nos anos cinquenta, o imposto ainda sofreu uma modificação, transformando-se em imposto de capitação, cujo efeito imediato foi o de aumentar de forma bem significativa à carga tributária que recaía sobre os camponeses.

Assim, a exploração colonial portuguesa criou uma estrutura de produção completamente diferente da existente. Alguns produtos como a mancarra (amendoim) foram culturas obrigatórias impostas pelos portugueses para a exportação. Tal modelo diferenciava-se da agricultura baseada na pequena empresa familiar. As formas tradicionais trabalhar a terra e o ritmo de produção mudaram bruscamente. Os camponeses foram obrigados a produzir, por exemplo, ininterruptamente durante a Segunda Guerra Mundial, sendo muitos obrigados a abandonar suas comunidades e famílias para trabalhar em terras longínquas. A imposição de culturas de exportação era ainda mais cruel porque vinha acrescida de uma política comercial desigual, fixando preços muito abaixo do mercado internacional.

O recrutamento forçado da mão de obra foi utilizado até os anos sessenta, principalmente, para obras de infraestrutura como estradas, pontes, e construções de repartições públicas. Na Guiné, o trabalho forçado foi principal agente da economia portuguesa, “a exploração da mão de obra negra supriu aqui, mais do que em qualquer outra parte, o fraco nível dos investimentos”. (KI-ZERBO, J., v.2, 1991, p. 137)

O “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, aprovado por decreto-lei de 20 de Maio de 1954, estabelecia as aptidões e características que, se adquiridas, poderiam elevar qualquer indígena à categoria de assimilado. Para serem reconhecidos como civilizados teriam que saber ler e escrever em português, provar possuir alguma atividade remunerada além de obter condutas de comportamento, culturais e religiosas dignas de um civilizado europeu (MAZRUI, A. A., 2010). A introdução do regime do indigenato agravava ainda mais a desigualdade através da divisão da população em três categorias: os portugueses, os assimilados, e os indígenas. A maior parte da população, cerca de 99%, era classificada como indígena, não dispendo de nenhum direito. Para os 1% restantes, a assimilação representava na

prática a negação do ser negro-africano e a formação de uma elite assimilada que gozava de direitos iguais ao dos portugueses.

O regime do indigenato, através do qual eram severamente oprimidos e explorados, foi um meio para atingir um fim, e não um fim em si mesmo. Foi uma arma para criar as condições necessárias para a exploração máxima dos recursos humanos e materiais dos territórios... O fato de se tratar de um sistema fundamentalmente opressivo não deve ofuscar a questão fundamental da exploração no contexto colonial (MENDY, P. K., 1999, p. 169).

O colonialismo português pouco contribuiu para o desenvolvimento social da Guiné-Bissau. As condições de escolaridade eram precárias, a alfabetização era geralmente confiada aos poucos missionários católicos da colônia. As instalações escolares na Guiné eram escassas, as poucas existentes eram destinadas aos brancos e filhos dos assimilados, ficando a maioria da população excluída e impossibilitada de estudar. Além de não criar as condições necessárias para a elevação social e cultural da população, o aparelho administrativo português impedia através do controle e da repressão à criação de qualquer organização política capaz de desenvolver certa autonomia de pensamento, principalmente quando essas iniciativas partiam dos próprios guineenses, como foi o caso da Liga Guineense, criada em 1911 (CHAUDHURI, K., v.5, 1999). Era “permitido” aos africanos aprender e instruir-se somente o necessário pra reforçar sua capacidade de trabalho. A escolaridade superior era reservada a uma parcela muito pequena da população, integrantes da pequena burguesia, privilegiada por suas relações com Portugal, que conseguia enviar seus filhos para completar os estudos na metrópole.

Apesar da forte obstinação portuguesa em dominar e manter seus territórios em África é possível perceber desde o início do século XX o aumento da insatisfação e revolta tanto em relação aos povos sob o jugo do poder colonial como no âmbito internacional. Com o fim da Segunda Grande Guerra, o anticolonialismo tomou força internacionalmente, principalmente com a entrada de diversos países recém-independentes do “Terceiro Mundo” na Organização das Nações Unidas (ONU). Na década de 50, começaram a circular críticas severas à manutenção das colônias portuguesas e, conseqüentemente, à situação precária e humilhante das populações colonizadas.

A ONU tornou-se um dos principais interlocutores daqueles que defendiam a autodeterminação dos povos e independência das colônias e o adversário diplomático de Portugal. Embora muitas das suas resoluções e embargos não tenham tido um impacto efetivo para por fim aos conflitos militares, foi um espaço diplomático importante para que os movimentos e partidos revolucionários pudessem ser ouvidos. De um lado, fortaleciam-se os movimentos de libertação e o anticolonialismo, que sem muitas dificuldades recorriam ao cotidiano das populações colonizadas para desmascarar o discurso ideológico português. No caso da Guiné, a situação de extrema fome, a exploração e o racismo eram claros indícios de que a colonização não havia sido benéfica. Do outro lado, Portugal reforçava a repressão e seu efetivo militar em suas colônias. Longe de uma pacificação, as lutas de libertação nacional foram longas e sangrentas.

A primeira vitória dos movimentos anticolonialistas no campo diplomático ocorreu em 1960. A ONU votava uma resolução que considerava os territórios sob o domínio português como não autônomos, e exigia que Portugal fornecesse informações frequentes sobre suas colônias ao secretário geral. Em 1963, as Nações Unidas reforçava sua condenação ao colonialismo português com outra resolução, mais impactante que a primeira, dando aos movimentos de libertação uma maior legitimidade (HERNANDEZ, L. L., 2002). Na resolução, era rejeitado o conceito português de “províncias ultramarinas”, adotado por Portugal justamente para escapar das críticas internacionais. Segundo o regime:

Portugal não tinha colônias, tinha províncias e algumas destas situadas fora da Europa; qualquer ação da ONU que dissesse respeito a algumas destas províncias ultramarinas... Representava uma violação da soberania portuguesa e era ilegal (CHAUDHURI, 1999, p.57).

Na mesma resolução, A ONU considerava que os territórios africanos sob o domínio português eram uma ameaça e um empecilho para a manutenção da paz e da segurança e, por fim, fazia um apelo para que Portugal reconhecesse o direito de autodeterminação dos povos e lhes concedesse a independência.

Os movimentos de libertação foram criados em sua maioria a partir da década de 50. Esses movimentos não foram iguais entre si, assim como as lutas de libertação variaram muito de uma colônia para outra.

Para o historiador Patrick Chabal, os movimentos de libertação na África dividiram-se em três grupos: os modernizadores, que possuíam uma visão política mais universitária, muito profundamente influenciada por Marx e intelectuais marxistas como Lênin e Gramsci; Os tradicionalistas, mais ligados ao imaginário das sociedades africanas; e os etno-nacionalistas que utilizavam o discurso nacionalista, mas na verdade, queriam promover determinadas etnias e seus líderes em detrimento de outras. (CHABAL, P., 1994)

Em 1957, foi criado por Mario de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança o Movimento Anticolonial (MAC), que integrava elementos de todas as colônias portuguesas. Em 1960, durante a Conferência dos Povos Africanos, em Tunes, os representantes dos movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique dissolvem o MAC (Movimento Anti-Colonial) e formam a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas). Um importante apelo à unidade dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo português veio da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), convocada por Kwame N'Krumah, presidente do Gana, realizada em Casablanca (Marrocos) em 1961. Outra conferência que teve grande repercussão internacional foi a da criação da Organização da Unidade Africana (O.U.A), realizada na capital da Etiópia, primeiro país independente da África, em Adis Abeba, de 22 a 26 de maio de 1963. A maior conferência deste gênero já realizada contou com a participação de trinta e um chefes de Estado e de governos africanos, e teve como resultado a elaboração de uma Carta que representava o compromisso para com os países em luta e os esforços à unidade africana.

Os principais Movimentos de libertação das colônias portuguesas foram o PAIGC, A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). As lutas de libertação lideradas por esses movimentos só tiveram vitórias porque conseguiram de certa forma a colaboração entre si e dos países vizinhos, esse foi um elemento determinante para a derrota do colonialismo português.

Na Guiné-Bissau, a luta de libertação nacional deu seus primeiros passos quando, em 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luis Cabral, Julio de Almeida, Fernando Fortes, Eliseu Turpin e Rafael Barbosa criam o Partido Africano de Independência da

Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Além do PAIGC, outros movimentos de libertação foram criados: O Movimento de Libertação da Guiné (MLG), chefiada por Françaís Mendy e apoiado por Sekou Touré; e alguns movimentos menores que formaram a Frente de Luta pela Independência da Guiné (FLING), apoiada por Senghor. Esses dois movimentos de libertação não chegaram a ameaçar a liderança do PAIGC, não tendo uma participação ativa na luta.

O projeto encabeçado por Amílcar Cabral, atrelava a Luta de Libertação da Guiné com a de Cabo Verde, fundamentava-se na ligação histórica entre as duas colônias de Portugal. As ligações históricas e étnicas remontam ao século XV. O tráfico de escravos uniu as duas colônias dando origem a inúmeras relações de dependência que se intensificaram no decorrer dos anos da colonização (LOPES, C., 1988).

Os principais quadros e militantes do PAIGC faziam parte das elites crioulas cabo-verdianas e guineenses. Na Guiné, os principais integrantes eram originários das cidades: funcionários da administração pública, assalariados urbanos. Com o desenvolver da luta é que a origem social dos militantes amplia-se abarcando o pouco contingente do operariado urbano, e com o início da luta armada, o campesinado no interior.

Em relação à elite caboverdiana, destacam-se os estudantes. Tanto Guiné-Bissau como Cabo Verde não possuíam universidades, portanto o acesso ao ensino superior era um privilégio obtido por um grupo escasso de jovens africanos, provenientes da pequena burguesia, que por sua situação privilegiada podiam completar os estudos no exterior, tendo a metrópole como destino na maioria dos casos.

Durante os anos de estudo em Lisboa, os estudantes tinham na Casa dos Estudantes do Império (CEI), um lugar de encontro de estudantes originários das colônias portuguesas. Os estudantes que ali se reuniam buscavam a valorização da cultura africana, o resgate da sua identidade, a “reafricanização dos espíritos”; discutiam-se os problemas e dificuldades enfrentados pelos seus países de origem, sendo um veículo de militância antiimperialista (LOPEZ, C. 1987).

Os anos de estudo e convivência marcaram definitivamente a trajetória de intelectuais como Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos entre outros. No que cabe à trajetória de Amílcar Cabral, foi um período importante de amadurecimento intelectual e início de uma atividade política militante

incansável. Durante os anos de estudo em Portugal, Cabral teve sempre em mente a necessidade de regressar a África, não só pelos laços familiares mais acima de tudo pelo sentimento de dever para com o povo africano. Em 1969, em comunicado direccionado aos quadros do partido, Cabral esclarecia o real motivo da sua volta à África:

“Não foi por acaso que viemos para a Guiné. Nenhuma necessidade material determinava o nosso regresso ao país natal. Tudo foi calculado, passo a passo. Tínhamos enormes possibilidades de trabalhar nas outras colónias portuguesas mesmo em Portugal. Abandonamos um bom lugar de investigador na Estação Agronômica para irmos para um lugar de engenheiro de segunda classe na Guiné (...) Isto obedeceu a um cálculo, a um objetivo, á idéia de fazer qualquer coisa, de contribuir para o levantamento do povo, para lutar contra os portugueses”.

A atuação desses intelectuais na luta de libertação foi primordial porque tratava-se de uma camada social que poderiam ampliar a luta, ir além da expulsão territorial dos colonizadores, colocá-la no âmbito da luta contra o imperialismo, contra o racismo, contra a exploração do homem pelo homem. Eles deveriam assumir, inicialmente, a tarefa de criar programas que não poderia se dar senão pela reflexão, teorização à que um intelectual se dedica. A respeito da importância dos intelectuais africanos na luta de libertação nacional, Yves Benot questiona se essa valorização não levaria a uma superestima dos valores ocidentais. Não estaríamos subestimando a luta daqueles que anonimamente resistiram durante longos anos contra o colonialismo português? Benot reconhece nos intelectuais africanos a única força social que a África colonizada dispunha para se libertar do domínio colonialista. Não se tratava de uma opção dentre tantas outras, tratava-se de uma condição imposta pela realidade concreta da África:

Não havia outra opção possível. Fraqueza ou inexistência do proletariado propriamente dito, predomínio de uma massa camponesa duramente explorada e mantida no quadro das antigas estruturas no interior de um regime inteiramente diferente, dificuldades de comunicação interna e com o Mundo e múltiplas barreiras impedindo o acesso a cultura; por todas essas razões os intelectuais africanos eram necessariamente os únicos a poder desempenhar o papel dirigente na luta (BENOT, Y., 1980, p. 16).

Segundo Amílcar Cabral, a pequena burguesia seria a única força revolucionária impulsionadora da luta de libertação. O conceito de pequena burguesia como alavanca

social determinante está intimamente ligado à importância que o autor dava ao papel dos intelectuais na luta de libertação, já que a pequena burguesia de que nos fala se destaca muito mais por constituir a camada social mais esclarecida da Guiné do que por suas características econômicas.

Na Guiné-Bissau, os privilégios de classe traduziam-se na sua formação intelectual que se diferenciava brutalmente do restante da população. Os dirigentes do PAIGC, incluindo obviamente Cabral, eram o retrato fiel dessa pequena burguesia intelectual revolucionária. Cabia a eles a missão revolucionária de libertar o povo, com o povo, e, posteriormente, assumir o poder. Como bem esclarece Carlos Lopes, o papel reivindicado a pequena burguesia no movimento de libertação em África é diferente dos modelos europeus:

A pequena burguesia assume a direção da luta e mais tarde o poder, não só pelas suas características económicas mas por outras razões. Na sociedade colonial é o seu poder intelectual que sobressai, provocando uma grande influência ideológica, cultural e política (LOPES, C., 1987, p. 84).

Além disso, tal elaboração teórica teve como argumentação a formação precária do camponês e as dificuldades encontradas pelo PAIGC para mobilizá-las. Eis a argumentação de Cabral:

Pode assim parecer surpreendente que baseemos no campesinato a totalidades dos esforços da nossa luta armada. Representando todo país, controlando e produzindo as suas riquezas, é fisicamente muito forte; no entanto, sabemos por experiência quanto nos custou incitá-lo á luta. Na china, por exemplo, a situação do campesinato era fundamentalmente diferente... Na guiné, à parte certas zonas e certos grupos que, desde o início, nos acolheram favoravelmente, tivemos, ao contrário dos comunistas chineses, de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes (CABRAL, A., 1978).

Além da falta de uma “tradição” de resistência dos camponeses, a própria estrutura social guineense apontava para tal conclusão, impedindo, segundo Cabral, que tal camada social assumisse o papel revolucionário na luta: O camponês “não sabe ler nem escrever e quase não tem relações com as forças coloniais”, permanecendo ainda numa estrutura arcaica que pouca influência sofreu durante o período colonial.

A pequena burguesia deveria, então, assumir o papel de direção da luta de libertação e, posteriormente, a direção do Estado Nacional, proporcionando a manifestação das contradições internas e o acirramento da luta de classe. Eram dois os caminhos que a pequena burguesia poderia tomar: Aliar-se ao imperialismo e as camadas reacionárias, a fim de manter o seu poder e sua sobrevivência enquanto classe, traíndo, assim, aos desígnios da revolução; ou então ela deveria suicidar-se enquanto classe, intensificar sua consciência revolucionária aliando-se às massas populares.

Muito embora se reconheça a importância dos intelectuais na luta de libertação da Guiné-bissau, a diferença entre as forças guineenses e caboverdeanas atuantes no interior do paigc fora alvo de críticas e rivalidades tanto no decorrer da luta de libertação como no pós-independência. As rivalidades entre caboverdianos e guineenses remontam desde a fase da colonização efetiva desse último território. Como havia a dificuldade dos colonizadores em instalar-se no território, foram os caboverdianos os encarregados de tal tarefa; foram eles que forneceram os quadros para a administração civil; que ao longo da colonização conseguiram os melhores cargos, os melhores salários, conseguindo os postos mais altos do funcionário público permitido ao colonizado assimilado (MATEUS, C. D., 1999, p.62).

O fato de grande parte dos cargos de direção do partido serem ocupados por caboverdeanos não podia deixar de causar um certo descontentamento:

Os principais dirigentes do Partido eram Cabo-verdianos. Dos seis fundadores, cinco tinham sangue ilhéus nas veias. Os três membros da comissão permanente do Comité Executivo eram de origem cabo-verdiana. No secretariado de quatro membros, os dois mais importantes (o secretário-geral e o secretário-geral adjunto) eram também de origem cabo-verdiana. Cabo-verdianos eram, ainda, na sua maioria, os membros do conselho de Guerra. Além disso, as relações com o exterior eram feudo exclusivo da gente do arquipélago. E os comandantes da artilharia eram praticamente todos cabo-verdianos(MATEUS, C. D.,1999, p.63).

Os privilégios obtidos e até mesmo o fator da miscigenação delinearão as alianças, rivalidades e preconceitos presentes tanto entre as pequenas burguesias dos dois países quanto entre essas e o restante da população.

PAIGC não esteve ao longo da luta alheio a tais tensões. A palavra de ordem do partido, “Unidade e Luta”, demonstrava a importância de se unificarem as lutas para vencer as forças colonialistas. A unidade representava a necessidade em atrelar a luta de

libertação da Guiné-Bissau com as demais lutas antiimperialistas ao redor do mundo; representava o esforço em reunir num mesmo ideal povos de um território marcado por uma heterogeneidade de culturas, etnias e línguas nativas; apresentava-se como discurso indispensável para a formação de uma identidade nacional forjada na luta contra a opressão e dominação colonial.

Encontramos nos textos de Amílcar Cabral, líder e intelectual africano, dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), as principais reflexões e orientações a respeito dos caminhos que a luta de libertação deveria tomar.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que Amílcar Cabral teve um papel determinante durante a luta de libertação. Sua qualidade como intelectual, a sua participação em diversas conferências, em várias partes do mundo, deu visibilidade e prestígio à luta de independência da Guiné-Bissau. Cabral soube explorar, no campo diplomático, as oportunidades que lhe eram oferecidas levando ao conhecimento de todos a luta da Guiné e os objetivos do PAIGC.

Sem sombra de dúvida, a característica de maior originalidade de Cabral foi não ter perdido de vista a realidade concreta de seu país. Seus textos baseiam-se na análise da realidade, das singularidades da África, da Guiné-Bissau, fugindo assim dos modelos e teorias generalizantes. Sua orientação aos membros do partido era clara, “fazer programas de grandes ambições, grandes planos, só para ficarmos contentes conosco mesmos, na certeza de que não podemos cumprir, não vale a pena”.

Em seus escritos esteve sempre presente a necessidade de se estudar a realidade para depois transformá-la. Muito da teoria marxista, por exemplo, que por vezes foi amplamente divulgada e aplicada por líderes revolucionários africanos, como Sekou Touré, Nkrumah e outros, sem levar em conta as estruturas socioeconômicas de seus próprios países, foi revista por Cabral. No comando do PAIGC, foi o dirigente africano que melhor conseguiu aplicar a teoria adquirida numa prática revolucionária que pudesse transformar, de fato, a realidade do seu país.

Dentre os principais temas aprofundados por Cabral, o conceito de dominação imperialista e suas conseqüências para o povo dominado elucidada bem as influências

filosóficas, político-culturais que iluminava os movimentos de libertação. Cabral sentiu a necessidade de aprofundar o conceito de dominação imperialista por entender que a luta guineense e, em geral, a luta dos povos da África deveria transcender à luta nacional, estendendo-se a luta contra o imperialismo no mundo. Amílcar Cabral assim define o imperialismo:

O imperialismo é o resultado da concentração gigantesca do capital financeiro nos países capitalistas através da criação dos monopólios (...) esta dominação dos monopólios nos países capitalistas é em primeiro lugar econômica (...) Em seguida acrescentam-se implicações de caráter político, social, cultural, moral etc (CABRAL, A., 1978, p. 204).

Para Cabral a característica principal da dominação imperialista na África está na negação do processo histórico do povo dominado, através da usurpação violenta do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. O efeito devastador provocado pelo domínio imperialista foi a estagnação desse processo. Partia do princípio de que sob a dominação imperialista (política e econômica) não é possível desenvolver a capacidade de trabalho, de produção do país, das riquezas naturais, bem como os meios de produção.

Além disso, o imperialismo, no que se refere à África, não tinha cumprido a missão histórica que lhe foi reservada nos países subdesenvolvidos: a aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas e transformação das características do modo de produção, aprofundamento das contradições de classe, com o desenvolvimento e intensificação da luta de classes.

A luta de libertação nacional teria como principal objetivo a retomada do processo histórico do povo dominado. Caberia ao movimento de libertação nacional a reconquista do direito que tem qualquer povo de ter sua própria história. Ao se rebelar contra o domínio imperialista, o movimento de libertação nacional estaria assegurando a continuidade da História do povo guineense. O que significa dizer que a libertação nacional é real somente quando ocorre a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, que por sua vez é considerada, por Cabral, como a verdadeira força motriz da história (LOPES, C. 1987). O PAIGC teria que eliminar todas as barreiras que pudessem obstaculizar ou dificultar seu desenvolvimento.

A dominação imperialista era exercida de duas formas: a dominação direta, encarnada, na Guiné-Bissau, pelo colonialismo português; e a dominação indireta ou neocolonialismo. O colonialismo português deveria ser erradicado através, primeiramente, de uma luta política que visava expor a exploração, o racismo e as condições desumanas do povo guineense. No plano econômico, impunha-se destruir a economia dos portugueses (cuja sobrevivência, segundo Cabral dependia da exploração dos recursos materiais e humanos das colônias) e construir a economia do Estado em formação.

Já a luta contra a dominação imperialista indireta – neocolonialismo – era para Cabral, no contexto das lutas de libertação, a mais importante. O colonialismo português seria erradicado através da luta de libertação, já o neocolonialismo continuava a “enraizar por todos os lados, servindo-se dos fantoches para iludir a libertação verdadeira dos povos” (CABRAL, A. v.1, 1978).

De nada serviria a libertação do território do colonialismo português se esta libertação não se traduzisse numa melhoria das condições de vida da população, principalmente das camadas menos favorecidas. A ressalva era importante, e de fato acabou constituindo-se um dos principais méritos do PAIGC. O caso das regiões libertadas exemplifica perfeitamente o cuidado em aliar a teoria à prática revolucionária. A questão das regiões libertadas é para historiadores como Chabal, Lopes e Benot um traço de originalidade do PAIGC. Para esses autores o PAIGC conseguiu aliar as ações guerrilheiras com a instalação, nas zonas libertadas, de uma infra-estrutura adaptada às condições locais e que pudessem efetivamente trazer uma melhoria na condição de vida daquelas populações. Cabral estava atento aos caminhos adotados por países recém independentes na África; Preocupava-se em não seguir o exemplo de partidos políticos que saíram vencedores na luta de libertação e, uma vez no poder, se distanciaram das aspirações das massas aliando-se as potências imperialistas.

Bibliografia

- AGUIAR, Luiz Antonio. *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977.
- AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. 334 p.
- ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do Ultracolonialismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.
- ANDRADE, Mario de. *A guerra do povo na Guiné-Bissau*. Liv. Sá da Costa, 1975.
- ANTUNES, José Freire. *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. *Diário de libertação: a Guiné-Bissau da nova África*. São Paulo: Versus. (Testemunhos, 2).
- BARBOSA, Rogério Andrade. *La-le-li-lo-luta: um professor brasileiro na Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. 124 p.
- BENOT, Yves. *As ideologias africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Partilha, resistência e colonialismo*. In: INTRODUÇÃO à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM, CEEA: CCBB, 2003. p. 69-91
- BRAGANCA, Aquino. *Amílcar Cabral*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976. 34 p
- CABRAL, Amílcar; ANDRADE, Mario de (coord.). *Unidade e luta I: a arma da teoria*. (obras escolhidas de Amílcar Cabral). v.1.Lisboa: Seara Nova, 1978.
- _____. *Unidade e luta II: a prática revolucionária* (obras escolhidas de Amílcar Cabral). v.2. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- _____. *Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta*. S/d
- _____. *Estudos agrários de Amílcar Cabral*.
- _____. *Análises de alguns tipos de resistência*.
- CABRAL, Luis. *Crônica da libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984.
- CALDEIRA, Alfredo (Org.); CABRAL, Iva (Org.); SANTOS, Catarina (Org.). *Amílcar Cabral*. 2. ed. Lisboa: Fundação Mario Soares, 2001..
- CANÊDO, Letícia. *A Descolonização da Ásia e da África*. São Paulo. Atual, 1985.
- CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*. Relógio d'Água Editores, 1995.
- CHABAL, Patrick. *Litterature et liberation nationale: les cas d'Amílcar Cabral*. In: COLLOQUE INTERNATIONAL, 1984, Paris. Les Litteratures africaines.... Fund. Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais?, 1985.
- _____. Nós e a África : a questão do olhar / Patrick Chabal
In: *Áfricana Studia : Revista Internacional de Estudos Africanos*. - Nº 1 (1999), p. 67-84
- CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHAUDHURI, Kirti(Dir.). *História da Expansão Portuguesa: último império e recentramento (1930-1998)*. VI. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- COMINITI, Carlos. *Amílcar Cabral: a arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. 93 p.

- COLÓQUIO CACHEU, Cidade Antiga (1988: Cacheu). *Mansas, escravos, grumetes e gentios: Cacheu na encruzilhada das civilizações*. Coordenação de Carlos Lopes. Bissau: INEP, 1993. 348 p.
- DAVIDSON, Basil. *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1979.
- _____. *Os Camponeses africanos e a Revolução*. Liv. Sá da Costa, 1977.
- DOWBOR, Ladislau. *Guiné-Bissau: a busca da independência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FUNDAÇÃO MARIO SOARES. *Amílcar Cabral: Sou um simples africano* (catálogo de exposição). Lisboa, 2000.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HERMELE, Kenneth; RUDEBECK, Lars. *Nas encruzilhadas: alianças políticas e ajustamento estrutural: dois ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique*. Uppsala: Universidade de Uppsala, AKUT, 1989. 93 p
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro; Summus, 2005.
- _____. *Os Filhos da Terra do Sol: formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. 1ª. ed. São Paulo: Selo Negro Editora, 2002. v. 1. 217 p
- IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral filho de África: narração biográfica*. Moscovo: (s.n), 1975.
- ILIFFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. 2 ed. Lisboa: Europa-América, 1991. v.2.
- LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação ao estado*. INEP, 1987.
- _____. *Dominantes teóricas no pensamento de Cabral*. In: *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Lisboa, 1988.
- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A Luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Editorial Inquérito, 1999.
- MAZRUI, A. Ali; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. e.. – Brasília : UNESCO, 2010.*
- MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: a tradução de resistência na Guiné-bissau (1879-1959)*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1994. 455 p. il.
- MOITA, Luis. *Os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA*. Lisboa: Ulmeiro, 1979. 80 p. (África em Luta: Nova Serie, 1).
- PEREIRA, Aristides. *Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau – Cabo Verde*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- RANGER, Terence O. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista”. In BOAHEN, Adu A. *História Geral da África - vol. II. A África sob dominação colonial, 1880-1935*. SP Ática / UNESCO, 1991, p. 69-86.
- RIBEIRO, SÉRGIO. *A Questão da unidade no pensamento de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tricontinental, 1983. 55 p.
- RUDEBECK, Lars. *Reler Cabral vinte anos depois*. Soronda, Bissau, n. 20, p. 5-18, jul. 1995.

SERRANO, Carlos Moreira Henriques. *O Processo de constituição dos estados nacionais e as questões culturais*. In: SEMINÁRIO SOBRE PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA, 1991, SÃO PAULO. Países africanos de língua. Anais. São Paulo: FUNDAP., 1992.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMILCAR CABRAL, Cabo Verde, 1983
Continuar Cabral : Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Cabo verde, Praia : Grafedito /Prelo - Estampa, 1984.

SANTIAGO, Theo (org.), *Descolonização*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

SILVA, Josué; VICENTE, Carmo; MARQUES, Antonio. *Era uma vez ... 3 guerras em África*. Ro, 1981.